Eleições e migrações no Brasil e no mundo

Elecciones y migraciones en Brasil y en el mundo

Elections and migration in Brazil and around the world

Rafael Gomes França, Giacomo Giannelli, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura

Resumo: O presente informe, elaborado pelo Grupo de Trabalho sobre Migrações, Refúgio e Saúde Global, discute a questão migratória nas eleições brasileiras e em outros países do mundo. Primeiro, apresenta-se uma análise dos planos de governo dos candidatos à presidência que concorreram ao primeiro turno. Apenas quatro dos onze candidatos à presidência incluíram propostas sobre migrações e refúgio. No entanto, o informe destaca que, apesar da política migratória não estar no centro das eleições brasileiras, o histórico de Lula e Flávio Bolsonaro, agora candidatos ao segundo turno, demonstram alguns indícios de como essas discussões poderão ser colocadas no próximo mandato. Depois, são comentadas as eleições suecas, alemãs, espanholas e norte-americanas, nas quais a migração, novamente, tem sido ponto de tensão no eleitorado e fundamental nas agendas dos partidos de extrema-direita.

Palavras-chave: Migrações; eleições; políticas anti-imigratórias; extrema direita.

Resumen: *El presente informe, elaborado por el Grupo de Trabajo sobre Migraciones, Refugio y Salud Global, aborda la cuestión migratoria en las elecciones brasileñas y en otros países del mundo. En primer lugar, se presenta un análisis de los programas de gobierno de los candidatos a la presidencia que se presentaron a la primera vuelta. Solo cuatro de los once candidatos a la presidencia incluyeron propuestas sobre migraciones y refugio. Sin embargo, el informe destaca que, aunque la política migratoria no ha sido un tema central en las elecciones brasileñas, el historial de Lula y Flávio Bolsonaro, ahora candidatos a la segunda vuelta, muestra algunos indicios de cómo podrían abordarse estos temas durante el próximo mandato. Posteriormente, se analizan las elecciones suecas, alemanas, españolas y estadounidenses, en las que la migración, una vez más, ha sido un punto de tensión entre el electorado y un tema fundamental en las agendas de los partidos de extrema derecha.*

Palabras clave: *Migraciones; elecciones; políticas antiinmigratorias; extrema derecha.*

Abstract: *This report, prepared by the Working Group on Migration, Refugees and Global Health, discusses migration in Brazil's elections and in other countries. First, the report analyzes the government plans of Brazilian presidential candidates. Only four of the eleven candidates included proposals on migration and refuge. Nonetheless, the report highlights that, even though migration might not be at the center of Brazilian elections, understanding the history of how Lula and Flávio Bolsonaro handled migration issues, both now running for the second round of presidential elections, may indicate how these discussions will show up in the next mandate. Then, the report will comment on Swedish, German, Spanish, and US elections, in which migration is again a main tension point among the electorate and corollary to far-right parties' agendas.*

Keywords: *Migration; elections; anti-migration policy; far-right.re*

A condição dos brasileiros no exterior e as eleições presidenciais de 2026: como a pauta migratória aparece nos programas de governo dos candidatos no primeiro turno

A migração modifica profundamente a vida de quem deixa o Brasil, mas não rompe os laços com o país de origem. Muitos brasileiros continuam conectados a familiares, comunidades e ao debate político nacional, mesmo vivendo fora. Essa presença transnacional aparece também no voto emigrante, que expressa participação ativa em mais de um espaço social e político. A experiência migratória, porém, não é homogênea. Ela pode envolver situações de vulnerabilidade, como exploração laboral, detenção e deportação. No ano de 2015, 157 menores brasileiros foram detidos nos Estados Unidos, evidenciando como políticas migratórias de países de destino afetam diretamente famílias brasileiras. Em resposta a esse cenário, redes comunitárias se organizam para oferecer apoio, orientação e proteção, mas sua atuação não substitui o papel do Estado brasileiro, que deve garantir assistência consular, informação e defesa diplomática quando há indícios de abusos[1].

Durante o governo Donald Trump, políticas de perseguição a migrantes foram intensificadas, acelerando deportações e reduzindo garantias processuais. As operações do ICE espalham medo entre comunidades migrantes, levando moradores a criar redes de alerta e ajuda mútua. Essas informações reforçam a necessidade de uma rede consular forte, com equipes suficientes, atendimento acessível e protocolos para emergências, detenção, deportação e violência. A proteção aos brasileiros no exterior está diretamente ligada à soberania nacional, ela inclui defender os direitos dos brasileiros onde quer que estejam. As ações do governo Jair Bolsonaro e de seus filhos, como a retirada do Brasil do Pacto Global para Migração em 2019 e pedidos feitos aos Estados Unidos para influenciar disputas políticas internas, são apresentados como sinais de submissão a interesses externos, em contraste com a necessidade de uma política externa autônoma[1].

O Pacto Global para Migração, adotado em 2018, estabelece cooperação internacional para reduzir vulnerabilidades, combater o tráfico de pessoas, ampliar acesso a documentos e proteger direitos trabalhistas. Embora não seja vinculante, o Pacto reforça a importância da coordenação entre países de origem, trânsito e destino. O Brasil deixou o processo em 2019, mas retornou em 2023, quando o governo Lula vinculou a reintegração ao compromisso de proteger brasileiros emigrados[1].

Nas eleições de 2026, a proteção dos brasileiros que vivem no exterior deve ocupar lugar central na avaliação dos projetos políticos em disputa. A atuação consular diante de deportações e a garantia do devido processo legal exigem um Estado capaz de defender seus cidadãos e uma diplomacia comprometida com essa responsabilidade. Nesse sentido, a retomada do Pacto Global para a Migração e a valorização do multilateralismo constituem referências importantes para orientar essa atuação, em oposição aos rompimentos promovidos durante o governo Bolsonaro[1].

Com mais de 918 mil brasileiros aptos a votar no exterior em 2026, sua participação tem relevância política crescente. Embora votos emigrantes não definam isoladamente eleições, margens apertadas apontam que cada voto pode ser decisivo em disputas equilibradas. Apoiar eleitoralmente um projeto político comprometido com a soberania nacional significa

reconhecer que a responsabilidade do Estado brasileiro pela proteção de seus cidadãos ultrapassa os limites territoriais do país[1].

A análise dos planos de governo registrados no Tribunal Superior Eleitoral mostra que a migração continua sendo um tema pouco abordado pelas candidaturas à Presidência. Assim como em eleições anteriores, a maior parte dos candidatos não dedica atenção significativa às políticas migratórias, seja para tratar dos migrantes que vivem no Brasil, seja para abordar os brasileiros que residem no exterior. Entre todos os documentos disponíveis na plataforma DivulgaCand, apenas Lula, Ronaldo Caiado, Romeu Zema e Hertz Dias apresentam propostas relacionadas ao tema. A candidatura de Flávio Bolsonaro menciona que o Brasil é um país formado por migrantes e múltiplas culturas, mas não detalha nenhuma política específica. Os demais candidatos simplesmente não mencionam migração em seus programas, repetindo o padrão observado em 2018 e 2022, quando apenas uma minoria tratou do assunto. No caso de Pablo Marçal, não há plano de governo disponível[2].

No plano de governo de Lula, a migração aparece como continuidade das ações implementadas no atual mandato, com destaque para a Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia, criada em 2025. O documento afirma que o governo pretende consolidar uma política migratória humanista e estratégica, com foco no acolhimento digno, no combate à xenofobia e na ampliação do acesso a direitos e serviços públicos. Também menciona o fortalecimento da diplomacia cultural e a internacionalização da produção brasileira, além de propor medidas para coibir migrações fraudulentas e reforçar a inspeção do trabalho[2].

Ronaldo Caiado concentra suas propostas nos brasileiros que vivem no exterior, defendendo a modernização dos consulados, a ampliação de serviços digitais, o aumento da assistência e a melhoria da capacidade de resposta a crises. Ele também propõe valorizar a diáspora como rede de comércio, ciência e investimento, e, no âmbito interno, organizar a migração com foco em documentação, integração, segurança e cooperação internacional[2].

Romeu Zema apresenta propostas mais gerais, defendendo uma política de vistos e migração que mantenha o Brasil aberto ao mundo. Ele sugere isentar de visto turistas de países considerados seguros e criar caminhos legais para atrair talentos e profissionais qualificados, reforçando a imagem de um país receptivo[2].

Já Hertz Dias dedica um tópico específico aos migrantes, defendendo direito imediato à nacionalidade, regularização documental ampla, incluindo haitianos, bolivianos, venezuelanos, cubanos, angolanos e demais indivíduos, e a garantia de direitos civis, trabalhistas e sociais. Seu programa enfatiza que a classe trabalhadora é uma só, independentemente da nacionalidade[2].

No conjunto, o panorama mostra que a migração permanece como um tema marginal no debate eleitoral brasileiro, tratado apenas por poucos candidatos e de maneiras bastante distintas, enquanto a maioria das candidaturas ignora completamente a pauta migratória[2].

As migrações no segundo turno das eleições presidenciais

Embora a política migratória continue distante do centro dos debates e dos planos de governo no Brasil, o histórico dos dois candidatos ao segundo turno para a presidência, Lula e Flávio Bolsonaro, traz algumas evidências de como cada governo pretende lidar com a temática.

Além de ser um dos quatro candidatos à presidência a incluir propostas para migrantes em seu plano de governo, Lula trouxe o Brasil de volta ao Pacto Global para a Migração das

Nações Unidas, um dos principais instrumentos da governança internacional das migrações, que estabeleceu diretrizes de acolhimento dos migrantes pelos países signatários. Lula reverteu a decisão de retirada do Pacto tomada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro logo no início do seu mandato, em janeiro de 2019[3]. Foi também no governo Lula que ocorreu a segunda edição da Comigrar (Conferência Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia) e a criação da Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia[4]. Apesar disso, houve alguns pontos de tensão nos últimos quatro anos, como o caso das restrições às solicitações de refúgio no aeroporto de Guarulhos àqueles que não tinham como destino final o Brasil, e o condicionamento da emissão de vistos humanitários à capacidade de acolhimento por meio do patrocínio comunitário[4].

Já Flávio Bolsonaro não incluiu em seu plano de governo nenhuma política voltada para migrações e refúgio, mas promete endurecer o controle das fronteiras através das Forças Armadas[5]. O candidato não acumula posicionamentos públicos sobre migrações[4], mas afirma representar uma continuidade do legado deixado pelo pai. Jair Bolsonaro, mesmo antes de assumir a presidência, foi grande crítico da Lei de Migrações[6], defendeu o "direito" de Trump de deportar brasileiros[7] e implementou uma série de medidas discriminatórias e anti-imigratórias, especialmente durante a pandemia de covid-19.[8] Restam, então, questionamentos importantes sobre como a política migratória será conduzida sob um possível governo de extrema-direita liderado por Flávio, que conta com apoio massivo dos recém-eleitos parlamentares do Senado e da Câmara dos Deputados.

Migrações e eleições no mundo

Fora do Brasil, as migrações seguem centrais nas campanhas eleitorais, em especial nos discursos e nas agendas de partidos da extrema-direita na Europa e nos Estados Unidos. Em setembro, as acirradas eleições suecas se deram entre o bloco de oposição social-democrata de Magdalena Andersson e a coalizão de centro-direita liderada por Ulf Kristersson, que contou com forte apoio do partido anti-imigração Democratas da Suécia[9]. Algumas das principais propostas da direita, agora derrotada, giravam em torno do combate à criminalidade e do endurecimento das políticas migratórias[9].

Na Alemanha, a ascensão do partido de extrema-direita AfD, consolidada por sua recente vitória nos estados de Mecklemburgo-Pomerânia Ocidental e Saxônia-Anhalt, gera temor entre as comunidades de imigrantes. Algumas das propostas programáticas envolvem a deportação do maior número possível de imigrantes sem autorização de residência, implementar regras de asilo mais rigorosas, impor trabalho obrigatório aos requerentes de asilo e eliminar todo o financiamento estatal de programas de integração[10]. Essas políticas resultam da problemática leitura pela AfD de que a imigração é responsável pelo baixo crescimento econômico e alta inflação, apesar do país enfrentar uma escassez de trabalhadores qualificados e decrescimento populacional[10].

A Espanha, por sua vez, passa por uma grave crise habitacional, que culminou na dissolução antecipada do parlamento pelo atual primeiro-ministro Pedro Sánchez e a convocação das eleições para novembro. A questão migratória também é central para a disputa eleitoral, no contexto da intensificação do fluxo migratório para Ceuta, território espanhol no Norte da África[11]. Ao menos 141 pessoas morreram nas trajetórias, e, após intervenções do governo espanhol, a maioria dos migrantes voltou ao Marrocos[11]. No entanto, as lideranças de extrema-direita espanholas utilizaram dessa oportunidade para culpabilizar o atual governo pelo aumento das imigrações, frente à iniciativa de Sánchez, no início do ano, de permitir que

mais de um milhão de imigrantes em situação irregular solicitassem documentação para serem integrados à força de trabalho[11].

Finalmente, com a chegada das eleições de meio mandato nos Estados Unidos, que acontecerão em novembro, a política anti-imigração de Trump volta aos holofotes. A promessa de campanha de deportações em massa foi cumprida com truculência pelo presidente e, agora, dois anos depois, os eleitores passam a viver suas consequências[12]. Uma pesquisa recente da Reuters/Ipsos demonstra que apenas 36% aprovam a gestão das migrações do governo Trump[12]. No Texas, um estado que não elege senadores Democratas há mais de 40 anos, novas pesquisas apresentam a divisão do eleitorado no que diz respeito à política migratória da gestão Republicana[12]. Embora a maioria da população latina tenha registrado o voto em Trump, hoje, dois terços acreditam que suas políticas de *enforcement* tenham "ido longe demais".[12]

Referências

1. LE MONDE DIPLOMATIQUE. A condição dos brasileiros no exterior e as eleições de 2026. Le Monde Diplomatique Brasil, 7 out. 2026. Disponível em:https://diplomatique.org.br/a-condicao-dos-brasileiros-no-exterior-e-as-eleicoes-de-2026/. Acesso em: 11 out. 2026.

2. MIGRAMUNDO. Apenas quatro candidaturas à presidência em 2026 trazem propostas sobre migração em planos de governo. MigraMundo. Disponível em:https://migramundo.com/apenas-quatro-candidaturas-a-presidencia-em-2026-trazem-propostas-sobre-migracao-em-planos-de-governo/#google_vignette. Acesso em: 11 out. 2026.

3. TATEMOTO, R. O que é o Pacto Global para Migração, que Bolsonaro decidiu abandonar? Brasil de Fato, 08 jan. 2019. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2019/01/08/o-que-e-o-pacto-global-para-migracao-que-bolsonaro-quer-abandonar/. Acesso em: 12 out. 2026.

4. DELFIM, R. B. O que Lula e Flávio Bolsonaro têm a dizer ou mostrar sobre migrações. MigraMundo, 08 out. 2026. Disponível em: https://migramundo.com/o-que-lula-e-flavio-bolsonaro-tem-a-dizer-ou-mostrar-sobre-migracoes/. Acesso em: 12 out. 2026.

5. VIEIRA, I. Flávio Bolsonaro propõe enxugar Estado e endurecer ações de segurança. Agência Brasil, 18 set. 2026. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2026-09/flavio-bolsonaro-propoe-enxugar-estado-e-endurecer-acoes-de-seguranca. Acesso em: 12 out. 2026.

6. MAIA, G. Bolsonaro critica Lei de Migração e fala em barrar "certo tipo de gente". UOL, 12 dez. 2018. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2018/12/12/bolsonaro-critica-lei-migracao-certo-tipo-de-gente-dentro-de-casa.htm. Acesso em: 12 out. 2026.

7. CARTA CAPITAL. Bolsonaro defende "direito" de Trump de deportar brasileiros dos EUA. Carta Capital, 25 jan. 2020. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-defende-direito-de-trump-de-deportar-brasileiros-dos-eua/. Acesso em: 12 out. 2026.

8. PEREIRA, A. B.; QUINTANILHA, K. Deportação e trabalho escravo: governo e Exército tornam política migratória um desastre humanitário. The Intercept, 23 jul. 2021. Disponível em: https://www.intercept.com.br/2021/07/23/deportacao-trabalho-escravo-governo-exercito-migrantes-desastre-humanitario/. Acesso em: 12 out. 2026.

9. G1. Suécia vai às urnas para eleições acirradas com foco em discurso anti-imigração e empobrecimento da população. g1, 13 set. 2026. Disponível em: https://g1.globo.com/mundo/noticia/2026/09/13/suecia-vai-as-urnas-para-eleicoes-acirradas-com-foco-em-discurso-anti-imigracao-e-empobrecimento-da-populacao.ghtml. Acesso em: 12 out. 2026.

10. PFEIFER, H. Alemanha: O que pode significar um governo estadual da AfD? DW, 05 set. 2026. Disponível em: https://www.dw.com/pt-002/alemanha-o-que-pode-significar-um-governo-estadual-da-afd/a-79046936. Acesso em: 12 out. 2026.

11. JAKES, L. Housing, Corruption and a Migrant Surge: Why Spain is Holding an Early Election. New York Times, 05 out. 2026. Disponível em: https://www.nytimes.com/2026/10/05/world/europe/spain-elections-housing-migrants-corruption.html. Acesso em: 12 out. 2026.

12. SINGH, M. How immigration is molding the US midterms: 'Trump has gone too far'. The Guardian, 12 out. 2026. Disponível em: https://www.theguardian.com/us-news/2026/oct/12/immigration-us-midterms-trump. Acesso em: 12 out. 2026.